

## CANA-DE-AÇUCAR

BENJAMIN CONSTANT DE BARROS  
Assessor do Setor de Agricultura  
do Ministério do Planejamento

### CONSIDERAÇÕES GERAIS

A agro-indústria da cana-de-açúcar é uma das mais importantes fontes de emprêgo produtivo na zona rural brasileira, ocupando diretamente de 1 a 1,5 milhões de pessoas na lavoura, transporte, indústria e administração, às quais é acrescido um contingente móvel de aproximadamente 800 mil tralhadadores, nos períodos de safra.

O setor econômico é revestido de condições peculiares, sendo a mais importante a do condicionamento do período de operação industrial ao ciclo de maturação da matéria-prima, cana-de-açúcar, razão pela qual as fábricas eficientes têm sua capacidade operacional limitada a uma faixa em tórno de 180 dias.

É o único setor em que há perfeita integração das atividades agrícolas e industriais.

É uma economia voltada, predominantemente, para o mercado interno, o qual absorve mais de 90% da produção de açúcar e a quase totalidade da produção de álcool, utilizando do comércio internacional, como válvula de escape para manter o equilíbrio estatístico entre a produção e o consumo.

O principal subproduto da cana-de-açúcar é o álcool, que é produzido em quantidade suficiente para abastecer o mercado interno e de eventual exportação para o mercado internacional.

O aproveitamento de outros resíduos ou derivados da cana-de-açúcar proporciona à economia do País volumes apreciáveis de celulose, papel, acetona, butanol, ácido cítrico, ácido láctico, fermentos, rações etc.

A agro-indústria açucareira do Brasil é responsável por uma produção na safra 66-67, estimada em 65 milhões de

sacos de açúcar e 550 milhões de litros de álcool, gerando o setor uma renda bruta em torno de Cr\$ 1 trilhão.

### *Intervenção Estatal*

A preocupação pelo equilíbrio estatístico entre a oferta e a demanda, fez com que o Estado interviesse na economia açucareira nacional, pela primeira vez a 7 de dezembro de 1931 através da Comissão de Defesa da Produção do Açúcar. Posteriormente em 1.º de junho de 1933 pelo Decreto n.º 22.789, foi criado o I.A.A., que além de manter as medidas estabelecidas anteriormente, completou-as. O objetivo principal era conseguir um justo preço que garantisse uma boa remuneração ao trabalho e ao capital. Nas duas intervenções a produção nacional e mundial excediam em muito às necessidades de consumo, levando os grandes países produtores a limitar, por acórdos internacionais, as respectivas produções.

O I.A.A., foi constituído sob a forma de autarquia, gozando de plena e total autonomia administrativa e econômica. Em 4 de dezembro de 1939, foi promulgado o Decreto-Lei n.º 1.831, que dispõe sobre a defesa da produção do açúcar. Em 21 de novembro de 1941 foi promulgado o Decreto-Lei que estabelecia o Estatuto da Lavoura Canavieira. Esses dois atos com o Decreto n.º 22.789 constituem, a armadura jurídica do I.A.A.

Atualmente o I.A.A. é regido pela Lei n.º 4.870, que dispõe sobre a produção açucareira, a receita do I.A.A. e sua aplicação e dá outras providências. Sua autonomia administrativa e econômica foi rompida com a criação do Ministério da Indústria e do Comércio, sendo jurisdicionado administrativamente a esse Ministério. Com a criação da SUNAB estabeleceu-se a jurisdição técnica em termos de preços ao nível do consumidor. Os problemas pertinentes à política de preços e financiamento que outrora eram resolvidos no I.A.A. passaram a ser objeto de decisão do CMN. Hoje o I.A.A. é uma autarquia, que controla a produção, arrecada as taxas e aplica a receita de acôrdo com a Lei 4.870.

### *Mercado Interno*

As regiões produtoras de açúcar, foram divididas em decorrência das estações nas seguintes regiões geo-econômicas:

*Região Norte/Nordeste* e parte da região Leste, inclusive o Estado da Bahia.

*Região Centro/Sul* — região econômica do Leste — Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara e as regiões Sul e Centro-Oeste.

Por ocasião da intervenção do Estado na economia açucareira, a região Norte/Nordeste era a maior produtora e supria com seus excedentes maior parte da demanda do Centro/Sul. Era intenção do Estado consolidar a agro-indústria açucareira no Nordeste, mas a partir de 1942, em consequência da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial e da participação do Brasil na mesma, o abastecimento do Nordeste à Região Sul tornou-se muito difícil. Data desta época a expansão da agro-indústria açucareira na região Centro-Sul, que em 1941-42 possuía apenas 38 fábricas.

A indústria açucareira na região Norte/Nordeste vem sofrendo uma descapitalização progressiva, fruto da impropriedade de localização, de métodos de administração e gerência deficientes, evidenciados pela concorrência crescente da região Centro-Sul.

Os fatos vistos acima, ocasionaram pleitos e reivindicações de reajustamento de preços que serviram para estimular ainda mais a crescente produção da Região Centro-Sul, sem contribuir para a modernização do parque industrial da região Norte-Nordeste. Como exceção, nesta região, temos o Estado de Alagoas em que sua produção tem aumentado continuamente. Este fato fez com que o Governo através da Lei 4.870 de 1.<sup>o</sup> de dezembro de 1965, garantisse ao produtor nordestino, um mercado certo, pela proibição da entrada de açúcar de regiões com preços inferiores e de maior capacidade econômica. Esta medida legal e outras como a instituição do GERAM poderão dar à economia açucareira nordestina possibilidades de se manter.

Ao contrário da maioria dos países consumidores o consumo direto no Brasil representa cerca de 85% da produção, sendo o restante, absorvido pela indústria nacional.

As alterações constantes de preço, têm provocado retrações no mercado consumidor de modo geral, principalmente, na região Norte/Nordeste, que é caracterizada por baixa renda "per capita" e onde o consumo de açúcar não centrifugado é em torno de 8 kg "per capita".

*Região Norte/Nordeste* — Possui esta região uma cota de 23 milhões de sacos de açúcar para igual capacidade teórica. Deverá produzir na safra em curso em torno de 22 mi-

lhões de sacos. Os maiores produtores da região são os Estados de Pernambuco e Alagoas, que totalizam 17 milhões de sacos, que correspondem a 77% da produção da região.

Pelo quadro anexo notamos que o período examinado, é caracterizado por pequenas oscilações na produção, para mais e para menos. Entretanto, considerando-se as safras 56-57 e 65-66, verifica-se um aumento pouco significativo da ordem de 2,7 milhões de sacos. O aumento verificado a partir da safra 63-64 deve-se principalmente à entrada do Brasil no mercado preferencial americano, que pela Lei 4.870 é considerado de prioridade para a região.

O aumento verificado na produção deve-se ao prolongamento do período de moagem em virtude da insuficiência de meios de transportes, limitação dos meios de recepção e descarga dos veículos e por falta de logística para atender à capacidade de moagem diária.

O mercado natural da região Norte-Nordeste era o Sul do país. O quadro abaixo nos dá uma idéia da situação passada e mostra claramente o grande prejuízo causado ao Nordeste pela perda daquele mercado.

Ano	Quantidade de sacos exportados para a região Centro-Sul	Valor (Cr\$ milhões)	Valor em dólar
1950	5.825.183	1.038	127.274
1955	4.500.010	1.487	44.484
1965	—	—	—

Os outros Estados produtores da Região não apresentam perspectivas, a médio e longo prazo, de aumentarem suas produção de maneira significativa. Existe possibilidade da região Norte se tornar produtora e auto-suficiente em virtude das dificuldades de transporte, abastecimento e dos altos preços alcançados pelo açúcar nos mercados locais.

A estagnação da agro-indústria açucareira na região, deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- 1 — Perda do mercado da região Centro-Sul.
- 2 — Pequeno mercado regional, agravado pela diminuição da taxa demográfica e baixa renda "per capita".

3 — Baixa capacidade empresarial e mercado financeiro deficiente.

O consumo “per capita” da região é de 24 kg/ano, o que corresponde a um consumo total aproximado de 12 milhões de sacos, para uma população de cerca de 30 milhões de habitantes.

No Estado de Pernambuco está localizado o centro da crise açucareira de toda a região Norte/Nordeste devido à má localização das fábricas, topografia acidentada, o que dificulta a mecanização, as operações de cultivo, colheita e transporte de cana; processos agrícolas rudimentares com uso imoderado dos fatores terra e mão-de-obra; baixa produtividade expressa índices tais como: 40 toneladas de cana p/hectare e 3,6 homens-dias por tonelada da cana, em três folhas.

*São Paulo*

1,2 homens-dias tonelada: Cr\$ 3.353 p/tonelada.

*Pernambuco*

3,6 homens-dias tonelada: Cr\$ 7.794 p/tonelada.

---

— Cr\$ 4.441 p/tonelada.

O Estado de Alagoas se caracteriza por uma expansão progressiva. O Setor agrícola apresenta rendimentos que se situam em torno de 48 a 50 toneladas de cana por hectare em três folhas. Possui as melhores condições naturais da região, tais como: solo, topografia e regime de águas.

A grande revolução efetuada no Estado foi a transferência das culturas dos vales úmidos para os tabuleiros e a introdução de técnicas agronômicas mais avançadas.

O setor industrial de Alagoas não acompanhou o progresso do setor agrícola e sua re-estruturação vem se processando de forma lenta na medida dos recursos disponíveis da própria economia. Os problemas de infra-estrutura, tais como: vias de transportes, armazenagem, e principalmente o porto de Maceió têm obstaculizado o aumento rápido da produção. O porto de Maceió não permite que navios utilizados no comércio internacional, que são em média de 10.000 toneladas de capacidade sejam carregados completamente, pois este não permite mais de 7.000 toneladas. Isto agrava o custo, pois estes navios têm que completar a carga no porto de Recife. Os empresários alagoanos são progressistas e quase todos com formação universitária e cursos no exterior.

As variedades de cana cultivada na região são inadequadas ou pouco diversificadas. A preferência geral dos agricultores pela variedade 3-X, que é mais rústica, vem demonstrar a impropriedade do sistema de pagamento no qual os fatores de riqueza e pureza influem apenas subsidiariamente.

Antes, pela nobreza da variedade da cana, o setor industrial extraía 10,5% de açúcar do total da matéria-prima esmagada. Com a variedade 3-X passou-se a extrair 8,5%, perdendo-se portanto, conforme estimativas, 12 milhões de sacos, no período da queda de rendimento.

Com a perda do mercado do Sul e tendo à sua disposição apenas o mercado interno irrestrito ao Norte/Nordeste e produzindo a custos elevados devido a uma série de fatores, a agro-indústria açucareira nordestina não apresenta perspectivas muito promissoras, a não ser que o Governo adote medidas a curto e longo prazo para que a agro-indústria açucareira nordestina possa diminuir seus custos através do reaparelhamento do seu parque industrial e agrícola.

### *Região Centro-Sul*

Esta região produziu na safra 66-67, 44,5 milhões de sacos de açúcar, possuindo uma capacidade teórica de 65 milhões de sacos. Os maiores produtores da região em estudo, são os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo São Paulo o maior produtor do Brasil com uma produção nesta safra de 30,6 milhões, o que corresponde a 45% do total produzido.

A capacidade teórica do parque industrial açucareiro de São Paulo é de 48,3 milhões de sacos, operando portanto, com uma capacidade ociosa em torno de 38% na safra 66-67.

A produção na região Centro-Sul, aumentou nas últimas 10 safras (1956-57 a 1965-66), conforme quadro anexo.

No período analisado notamos que a região Centro-Sul ampliou sua produção de 20,2 para 55,8 milhões de sacos, correspondendo o aumento global a 176%.

A predominância da região Centro-Sul tornou-se possível devido sobretudo, aos seguintes fatores.

1. Mercado regional em expansão, com elevada taxa demográfica e aumento progressivo da renda disponível, em consequência da crescente industrialização e urbanização da população.

2. Preço mínimo garantido, assistência financeira regular e sobre-preços resultantes dos rendimentos agrícolas,

crescentes face à política de preços médios que procurava atenuar a crise permanente na região Norte-Nordeste.

3. Melhores preços da cana-de-açúcar em relação aos outros produtos agrícolas, e um mercado certo para sua produção.

4. Melhores condições de solos, regularidade das estações, com melhor produtividade.

5. Maior capacidade empresarial aliada às facilidades do mercado de capitais.

A estes fatores acrescenta-se a influência da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, que tornou quase impossível o transporte marítimo da produção do Norte-Nordeste para o Centro-Sul.

O excesso de produção da safra 1965-66, trouxe grandes perturbações no mercado desta região. O Governo viu-se obrigado a recalcar a produção para a safra 1966-67, em virtude de existirem no Estado de São Paulo ao final da safra 65-66, um estoque de mais de 12 milhões de sacas. Programou ainda a exportação de 7 milhões de sacas para o mercado livre mundial do contingente de 30 milhões dados a São Paulo, conseguindo com isso manter o equilíbrio estatístico entre produção e consumo.

O consumo “per capita” na região Centro-Sul é de 50 Kg/ano, o que corresponde a um consumo total de 46 milhões de sacos de açúcar cristal para uma população de 55 milhões de habitantes.

De acordo com as projeções do SNR (Serviço Nacional de Recenseamento), a população da Região Centro-Sul em 1970 corresponderá, a 67,2% da população do País. Pelas projeções realizadas a população nacional deverá atingir a 95,3 milhões em 1970, sendo que 64 milhões localizados no Centro-Sul.

A participação desta região na formação da Renda-Interna foi de 76,4% em 1950. Em 1959 essa participação subiu para 82,4%.

Tomando-se por base um consumo “per capita” de 52 Kg/ano, a projeção de consumo interna para 1970, quando esta região deverá apresentar uma população em torno de 64 milhões de habitantes, será de aproximadamente 55,5 milhões de sacas. Atualmente o consumo “per capita” desta região é de 50 Kg/ano.

A capacidade industrial instalada é mais que suficiente para suportar a demanda interna projetada para 1970 na Região Centro-Sul.

## MERCADO EXTERNO

### *Exportação*

A exportação brasileira de açúcar é monopólio do I.A.A. e do Governo Federal. Os demais subprodutos da cana de açúcar foram recentemente liberados pelo CONCEX.

Não existe ainda entre os usineiros, fornecedores de cana e nas próprias autoridades governamentais uma consciência das possibilidades de se tornar o produto uma constante na pauta de exportação. Nossas exportações, através dos anos, têm sofrido flutuações constantes em tonelagem e não se tem procurado conquistar mercados permanentes, como demonstra o quadro anexo.

Temos exportado para os mais diversos países sem nenhuma continuidade.

Tendo em vista a auto-suficiência conquistada pela Região Centro-Sul, o excedente da Região Norte-Nordeste, antes destinado a abastecer aquela região, teve que se destinar à exportação. Os dois Estados brasileiros com prioridade de exportação de açúcar são os Estados de Pernambuco e Alagoas. Algumas vezes, entretanto, tem sido concedida autorização para exportação dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo pelos portos de Santos e Guanabara.

A influência do Brasil no mercado açucareiro mundial é quase nula e sua atuação como exportador é limitada, tendo em vista que o órgão vendedor é uma entidade governamental sem características comerciais. Este fato o impede de operar na bolsa com “futuros” como fator de compensação de suas vendas de “físicos”.

Tôdas as exportações são feitas através dos operadores do mercado com representações no Brasil.

O mercado mundial de açúcar caracteriza-se por fases cíclicas de superprodução que levam os países produtores a celebrarem acôrdos para restringirem a oferta. Todos os acôrdos, tais como o de Bruxelas em 1902, o Acôrdo Chadboverne em 1931 e o Acôrdo Internacional do Açúcar de 1937, nunca conseguiram resultados práticos.

O fracasso continuo de todos os acôrdos internacionais de açúcar têm uma razão simples de ser explicado. Por ocasião da celebração de tais acôrdos já existiam situações privilegiadas de determinados produtores, que tinham na ocasião mercados preferenciais para a colocação de sua produção.

Exemplo típico é o de que quando se celebrava o Acôrdo de Bruxelas; celebrou-se tamb;m o Tratado de Reciprocidade Comercial entre Cuba e os Estados Unidos da América que concedeu ao açúcar cubano uma margem preferencial de 20% em tarifas aduaneiras. O mercado internacional do açúcar pode ser clasificado em:

1. Mercado livre mundial
2. Mercado preferencial.

O mercado livre mundial é um mercado tipicamente residual, onde é oferecido o açúcar sem procura. Apenas 12% da produção mundial de açúcar é comercializado no denominado "mercado livre" mundial. O açúcar aí comercializado não exprime quase nunca o verdadeiro preço mundial nem reflete o verdadeiro valor do açúcar.

O consumo mundial de açúcar é cêrca de 64 milhões de toneladas. Dêsses 64 milhões de toneladas, 42 milhões de toneladas são consumidos nos próprios países produtores. Os resultantes 22 milhões de toneladas são consumidos fora dos países produtores. Desses 22 milhões de toneladas mais da metade é comercializada de acôrdo com dispositivos especiais tais como o da comunidade Britânica, países socialistas, pelos Estados Unidos da América do Norte, chamados Mercados Preferenciais.

O mercado livre mundial pelas razões apontadas acima é um mercado extremamente deprimido e volúvel, apresentando reações violentas às tensões internacionais e à alterações na oferta e na procura.

Até 1960 êsse era o único mercado possível para os excedentes de nossa produção. Tínhamos uma cota nesse mercado de 530.000 toneladas.

Em 1960 o Brasil conseguiu pela 1.<sup>a</sup> vez exportar 100.000 toneladas para o mercado preferencial norte-americano, em caráter excepcional.

Em 13 de julho de 1962 conseguimos uma cota permanente no mercado norte-americano com a promulgação da nova Lei açucareira "Sugar-Act". Nossas exportações para o mercado preferencial norte-americano têm aumentado continuamente, tendo hoje o Brasil uma cota de 360.000 toneladas e uma exportação de aproximadamente 550.000 toneladas.

Mesmo os países fornecedores de mercado preferenciais participam com seus excessos disponíveis, nesse mercado livre.

**QUADRO I**  
**Produção**

Anos	Centro/Sul	%	Brasil	Norte/Nordeste	%
1956-57	24.184.090	53,7	37.580.069	17.395.979	46,3
1957-58	27.287.140	61,5	44.377.638	17.090.498	38,5
1958-59	36.053.491	66,9	53.858.650	17.805.159	33,1
1959-60	30.731.247	60,4	50.864.051	20.132.804	39,6
1960-61	34.383.025	63,3	54.349.757	19.966.732	36,7
1961-62	34.942.574	62,0	56.364.951	21.422.377	38,0
1962-63	34.305.943	67,2	51.069.497	16.763.554	32,8
1963-64	32.575.678	63,1	51.645.200	19.069.522	36,9
1964-65	38.380.282	64,5	59.421.844	21.041.562	35,5
1965-66	55.858.928	73,5	75.982.117	20.123.189	26,5

**QUADRO II**  
**Produção Mundial de Açúcar**

Ano	Beterraba	Cana	Total	% Beterraba	% Cana
1959	20.778.655	29.001.865	49.780.520	41,8	58,2
1960	22.840.451	29.461.426	52.301.977	43,7	56,3
1961	23.226.158	31.483.770	54.709.928	42,5	57,5
1962	21.551.453	29.927.149	51.478.602	41,9	58,1
1963	22.254.670	29.760.613	52.015.283	42,8	57,2
1964	27.119.389	32.608.000	59.727.389	45,4	54,6
1965	27.110.733	37.456.621	64.567.354	42,0	58,0

### QUADRO III

Estimativa do Consumo de Açúcar no Mundo

A n o	Consumo global em t métricas	Consumo per-capita kg
1964	56.652.540	17,3
1965	59.080.160	17,7
1966	61.626.530	18,1
1967	63.894.410	18,4
1968	66.206.650	18,7
1969	68.602.650	18,9
1970	71.088.330	19,3

### QUADRO IV

Exportação Mundial — Líquida de Açúcar

A n o s	Toneladas métricas	Importações
1956	14.442.163	
1957	15.280.404	
1958	15.252.693	
1959	16.678.132	16.475.114
1960	19.282.389	19.116.498
1961	22.327.953	21.984.209
1962	20.939.705	20.915.506
1963	19.382.293	19.026.616
1964	19.236.500	18.878.818
1965	21.179.597	20.835.667

**QUADRO V**

**Exportação por Países de Destino**  
**Toneladas Métricas**

Países	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963
Argentina	0	15.074	0	0	0	0	0
Bélgica	0	0	22.639	39.056	0	0	0
Bolívia	426	1.070	388	936	1.015	592	443
Canadá	0	0	0	0	0	11.265	0
Ceilão	12.340	74.864	118.079	81.947	10.058	0	20.877
Chile	20.225	55.648	13.063	82.685	22.292	0	8.449
China Continental	0	99.431	0	0	0	0	0
Egito	55.412	10.426	0	0	0	0	0
Finlândia	17.294	10.552	0	0	0	0	0
França	9.002	70.282	70.975	88.869	7.791	0	4.205
Islândia	2.045	0	0	0	0	0	0
Iraque	3.369	0	0	0	0	0	0
Irlanda	0	0	29.940	0	0	0	0
Israel	15.332	31.595	16.399	0	0	0	0
Itália	0	68.007	6.080	0	0	0	0
Japão	10.630	89.528	66.193	288.261	258.638	21.085	0
Jordânia	0	0	3.574	0	0	0	0
Coréia do Sul	0	0	0	10.287	14.843	20.015	0
Malásia	0	1.021	1.206	0	0	0	0
Marrocos	19.499	39.865	31.273	31.566	49.176	0	0
Países Baixos	12.763	35.895	8.598	2.149	0	0	0
Noruega	0	0	0	10.297	11.235	0	0
Paquistão	16.847	0	0	0	0	0	0
Paraguai	0	0	0	0	0	5.276	0
Polónia	0	0	0	10.262	0	0	0
Portugal	15.997	16.336	11.441	25.981	22.181	0	0
Espanha	27.837	10.210	6.239	0	0	0	8.947
Sudão	0	27.072	9.586	0	0	0	0
Suécia	0	8.577	0	0	0	0	0
Tunísia	0	0	17.449	0	0	0	0
Reino Unido	139.788	54.216	81.495	13.520	0	0	15.141
Uruguai	30.148	56.216	80.666	55.976	44.818	37.955	10.925
Estados Unidos	0	0	10.537	103.423	293.237	361.532	417.683
Vietname	0	0	0	9.500	9.580	20.866	0
Outros Países	0	0	61	60	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>408.954</b>	<b>775.809</b>	<b>605.881</b>	<b>854.775</b>	<b>774.864</b>	<b>478.586</b>	<b>486.670</b>

Fontes: Instituto do Açúcar e do Alcool e Conselho Internacional do Açúcar.

Comentador: *Dr. Alcides Zagatto*

Inicialmente o meu agradecimento à direção da SOBER pela distinção que me conferiu, convidando-me para participar desta reunião na qualidade de comentador do trabalho do Dr. Benjamin Contant de Barros, Assessor da Agricultura do Ministério do Planejamento. E minhas primeiras palavras sejam de congratulação parabenizando o conferencista pela sua habilidade em sintetizar um assunto demasiadamente amplo para ser condensado em apenas 10 páginas. É um artigo de natureza essencialmente descritiva, fugindo àquela metodologia usual do sistema científico de apresentar as hipóteses de solução para o problema, a coleta de evidência dos dados para aceitar hipóteses ou rejeitá-las, as conclusões, os resumos, as citações bibliográficas, a importância do problema. Fica-se ao terminar a leitura do trabalho com o espírito algo insatisfeito, porque conhecemos por informações seguras a competência e o domínio do Dr. Benjamin Constant de Barros no assunto em pauta. Como algumas dúvidas me ocorreram, e suponho que os colegas também as tenham enfrentado, eu me permitiria perguntar ao Dr. Benjamin algumas questões, que possivelmente ele anotará e certamente lhes dará a devida acolhida. Por ex. na 1.<sup>a</sup> pág., no 2.<sup>o</sup> parágrafo, diz que: "Sòmente as fábricas eficientes têm sua capacidade operacional limitada a uma faixa em tórno de 180 dias". Eu não entendo que são fábricas eficientes e por que só elas que teriam essa capacidade de moagem de 180 dias. Aqui também volta à baila a locução do equilíbrio estatístico. Nada a comentar porque é uma locução já consagrada, se bem que para o economista não existe o equilíbrio estatístico, o que se quer aí é defender preços. Aqui também, há volumes apreciáveis de celulose de papel acetona. Eu acredito que seria melhor uma renda apreciável. Outra coisa que também é tema de discussão na pág. 2: "O objetivo é conseguir o justo preço e garantir uma boa remuneração ao trabalho e ao capital". Na pág. 3, o autor já acrescentou no parágrafo em que diz: "A região Centro-Sul

apenas possuía em 1941-42, 38 fábricas” e hoje acrescentou provavelmente ao redor de 130. No 2.º parágrafo também tenho alguma dúvida “A indústria açucareira na região Norte-Nordeste vem sofrendo uma descapitalização progressiva, fruto de dois fatores: impropriedade de localização e métodos de administração e gerência deficientes”. Eu perguntaria: Foram feitos estudos de natureza científica tentando correlacionar a descapitalização progressiva, assim dita, com determinados fatores? Parece que não há prova desta afirmação até onde eu enxergo. O 3.º parágrafo: “Os fatos vistos acima, ocasionaram pleitos e reivindicações de reajustamentos de preços”. Eu perguntaria: Êsses pleitos foram só para reajustamentos de preços? Penso que o articulista poderia ter sido mais explícito. Neste mesmo parágrafo diz que: “Este fato fez com que o Governo, através da Lei 4.870, de 1.º de dezembro de 1965, garantisse ao produtor nordestino um mercado certo, pela proibição da entrada de açúcar de regiões com preços inferiores e com maior capacidade econômica”. Não seria melhor eficiência econômica? Pág. 4, 1.ª linha: “As alterações constantes de preços...” — presumo que são as altas de preços e não as alterações. Uma grande dúvida eu tenho agora no 2.º parágrafo: “Possui a região Norte-Nordeste uma cota de 23 milhões de sacas de açúcar para igual capacidade teórica”. Que quer dizer capacidade teórica? Seria capacidade plena sem subemprego de fatores? Esta dúvida depois se repete, porque eu vejo que no Nordeste não há subemprego das fábricas, ao passo que em S.P., segundo o articulista, há uns 38% de capacidade ociosa. Então eu perguntaria ao colega a acepção para “capacidade teórica”. Aqui no 4.º parágrafo vem a frase locução “falta de logística”. Quer o articulista dizer “falta de organização científica do trabalho para atender à capacidade de moagem diária”? A seguir, no último parágrafo da pág. 4: “Os outros Estados produtores da região não apresentam perspectivas, a médio e longo prazo, de aumentarem suas produções de maneira significativa”. Parece que é uma afirmativa sem prova, porque acredito que o conhecimento pessoal do autor seja suficiente e a vivência com o problema o autorize a fazer tal afirmação. Na pág. 5 êsses dados referentes a homens-dias-toneladas para S.P. e Pernambuco, e o custo ao lado. A minha pergunta é sobre o custo. Êste custo é só da mão-de-obra, ou envolve outros custos? Pág. 6, 2.º parágrafo: “As variedades de cana cultivadas na região são inadequadas ou pouco diversificadas”. Eu tenho notícia

de que a SUDENE promove experimentação de cana-de-açúcar no Nordeste. Poderia dar algum detalhe sobre a experimentação? É cientificamente conduzida no Nordeste por intermédio da SUDENE? O leitor também estranha que a situação do açúcar seja tão baixa, de 8,5%; e qual seria uma explicação para este fato: moagem deficiente, falta de tanques, imbebição? Último parágrafo: “A não ser que o Governo adote medidas a curto e longo prazo para que a agro-indústria açucareira nordestina possa diminuir seus custos através do reaparelhamento do seu parque industrial e agrícola...” O leitor como eu gostaria imensamente que fôsse muito explícito neste parágrafo. Que medidas são estas, baseadas em que estudos? Aqui na pág. 7, 4.º parágrafo: “Mercado regional em expansão, com elevada taxa demográfica”, eu acredito que seja “taxa de crescimento demográfico”, acredito que isso poderia ser registrado com dados comparativos. Item 3, quando argumenta sobre os fatores favorecendo o Sul, “melhores preços de cana-de-açúcar em relação aos outros produtos agrícolas”. Acredito que somente preços não definem a rentabilidade na cultura, e sim renda líquida por hectare ou renda líquida por homem equivalente. Pág. 8: “O Consumo de S.P. previsto estará em torno de 55 milhões de sacas para 1970”. Ora, na pág. 6, o articulista diz que “a capacidade teórica do parque industrial de S.P. é de 48,3, logo a conclusão acima de que esta capacidade é plenamente atingida, penso não ser válida, pois não há coerência de suas afirmações. Também quanto ao mercado externo, tenho algumas dúvidas, por ex.: sobre a exportação. Eu volto à pág. 4: Por curiosidade dividi o valor milhões de cruzeiros pelo valor em dólar, e o dólar daria uns oito mil cruzeiros para 1950. Para 1955 daria 30 mil cruzeiros o dólar. Eu penso que aqui esse 44.484 seja erro de datilografia. Outra dúvida que eu também tenho e certamente o articulista esclarecerá é o Quadro 4, exportação mundial líquida de açúcar, toneladas métricas; terminaria o quadro, contudo há uma outra coluna de importação que não checa com a primeira coluna. Eu gostaria de saber a razão da discrepância estatística ou fontes diferentes. Congratulo-me de novo com o articulista por um trabalho de condensação muito bom, e acredito que todos nós gostaríamos de ver os esclarecimentos e uma produção mais substanciosa, que o autor certamente faria se houvesse tempo e recurso para tal. Muito obrigado.

Comentador: *Dr. Mota Maia*

Sr. Presidente,

Meus Senhores.

O trabalho apresentado pelo ilustre economista rural Dr. Benjamin Constant de Barros, como acentuado pelo debatedor que me antecedeu, é um trabalho realmente despretencioso, porque o seu autor teve como preocupação evidente apenas uma exposição global panorâmica do complexo agro-industrial açucareiro, com suas implicações de ordem econômica, e eu compreendo bem por que êle assim tenha feito. Porque dado ao pequeno período de tempo destinado aos expositores e à própria natureza dessa reunião, que aborda precipuamente aspectos econômicos do aspecto de conjunto, não poderia realmente aprofundar-se em outros elementos de ordem técnica, pois cada um dêles constitui um mundo de indagações, de alternativas e de discordâncias, nesse complexo que é a economia açucareira. Aplaudindo no seu conjunto o trabalho do Dr. Benjamin de Barros e a título de colaboração, me permito fazer alguns breves comentários dentro do tempo escasso que me é dado. Inicialmente eu gostaria que o ilustre expositor esclarecesse por que indica na pág. 1 um consumo "per capita" de 50 quilos de açúcar para a região Centro-Sul. Ora, nós sabemos que o consumo geral do Brasil "per capita" não vai além de 37 kg. Os maiores países consumidores, ou melhor, os países de maior consumo registram realmente um consumo variando entre 35 e 65 kg "per capita". Êste é o caso por ex. de Cuba, segundo estatísticos internacionais — Cuba 65,8, EUA 56,3, Haváí 53,3, e para o Brasil dá-se aqui um "per capita" de 36,5, França 34,7, Suíça 48,2, Suécia 74, Dinamarca 56. Lembro-me de que em relação a Cuba, quando verifiquei êsse índice tão elevado de consumo "per capita", me pus a investigar e cheguei à conclusão de que êste consumo tão alto, superior ao

de muitos países de muito mais alto poder aquisitivo, resultava de um critério errôneo de se computar num consumo "per capita" também o consumo destinado à forragem, o que não dá realmente uma idéia perfeita de consumo "per capita" para os efeitos desejados pelos economistas. Em relação a este consumo no Centro-Sul, eu não quero realmente contestar que este seja o consumo registrado. Mas não exprime verdadeiramente o consumo do Centro-Sul, exprime o consumo também de outras regiões do País, porque neste índice de 50 kg "per capita" está incluído o consumo industrial se chocolates, compotas e vários produtos alimentícios do Rio Grande do Sul, SP, GB, que têm amplo consumo no resto do País. Mas este é um simples reparo sem maiores consequências, porque a explicação está realmente neste simplismo com que muitas vezes as estatísticas registram os fatos econômicos. O segundo ponto é no que diz respeito ao atraso de Pernambuco em relação às demais regiões produtoras do Brasil, mais precisamente em relação à SP, que é o grande padrão de desenvolvimento econômico do País. S. S.<sup>a</sup> atribui este subdesenvolvimento no setor açucareiro a vários fatores, entre os quais à deficiência empresarial, aos processos culturais rotineiros e à variedade 3x, que é realmente responsável pelos baixos rendimentos industriais de Pernambuco.

Quanto ao rendimento agrícola, também não é de estabelecer grandes contrastes, porque nós sabemos que os rendimentos médios agrícolas de SP não são lá muito mais elevados do que os de Pernambuco, e sobretudo de Alagoas. Os levantamentos feitos pela Fundação Getúlio Vargas recentemente, levantamentos que são suscetíveis de críticas ou de reparos, porque se trata de amostragem, registram em Alagoas um rendimento até bem superior ao de SP. Outro aspecto que eu gostaria de abordar com o Dr. Benjamin é o problema da exportação. S. S.<sup>a</sup> afirma à folha 3 que o consumo direto do Brasil representa cerca de 85% da produção, quer dizer, consumo direto, consumo humano direto, sendo o restante absorvido pela indústria nacional. Dentro desta afirmativa nós podíamos chegar à conclusão de que não há contingente disponível para a exportação, mas é S. S.<sup>a</sup> mesmo que informa à pág. 10 que só o contingente do Brasil para o consumo preferencial norte-americano é da ordem de 360 mil toneladas. A verdade é que os contingentes de exportação do Brasil vão a cerca de um milhão de toneladas,

ou seja, 16 milhões de sacas. De modo que nós podemos asseverar que da produção do Brasil cêrca de 12% é destinado aos mercados externos. Por fim desejo registrar que S. S.<sup>a</sup>, talvez dado à natureza de seu trabalho, que é um trabalho de síntese é meramente expositivo, não deu maior destaque a um aspecto que me parece do ponto de vista econômico-social de maior relevância. É a característica que reveste o complexo agro-industrial canavieiro do Brasil. Há a tendência à separação cada vez maior entre a atividade agrícola e a industrial. Esta separação, que atendeu realmente a uma velha tendência desde os tempos coloniais na atividade agro-industrial canavieira do Brasil, tomou forma legal em 1936 com a Lei 178. Tivemos depois o estatuto da lavoura canavieira, que se pode considerar como um instrumento precursor da reforma agrária no Brasil, e por fim a Lei 4.170, que acentua ainda mais esta separação, admitindo que o contingente de lavradores de cana para as usinas possa ir até 90%. Esta circunstância às vêzes constitui para os economistas um argumento para justificarem as distorções que se registram na agro-indústria canavieira do Brasil, sobretudo no problema de preço, porque êste é o grave drama da produção canavieira do Brasil, a luta permanente dos produtores com o poder público para que êles assegurem melhores preços, e o grande argumento de que as obrigações legais decorrentes da separação agrícola industrial assegurando aos lavradores de cana uma participação nos rendimentos econômicos da indústria cada vez maior, estão tornando realmente insupportáveis certas condições de estabilidade da empresa agrícola. Entendo que êste problema estaria inteiramente resolvido, e é o que me faz lamentar não haver no trabalho do meu ilustre amigo Dr. Benjamin Constant de Barros uma conclusão ou uma proposição que poderia servir realmente de ponto de partida para uma tomada de posição em relação à economia açucareira. No meu modo de ver e sem prejuízo das opiniões de outros que possam pensar de forma diversa, para o grave, o grande, o crucial problema da indústria açucareira do Brasil, com as limitações impostas pelo poder público, que estabelece de um lado o monopólio ou as condições de sobrevivência do complexo agro-industrial, limitando a produção, mas por outro lado estabelece obrigações para os produtores em relação a preços e a separação agro-industrial, o grande objetivo, a grande meta que devia ser perseguida pelos produtores, pelo poder público, seria realmente

um grande movimento, uma grande campanha pelo aumento de produtividade. A êste respeito posso prestar um depoimento em que não vai nenhuma atitude de vaidade de minha parte como responsável pelo setor da Assistência de Produção do Instituto do Açúcar e do Alcool. No ano passado trouxemos ao Brasil o maior geneticista vivo de cana do mundo, o Dr. Albert Manguensol. Êste homem realizou no Brasil uma missão técnica em companhia de técnicos do Instituto, e de emprêsas privadas e de entidades públicas ligadas à cultura canavieira, e levou para o Havai uma impressão magnífica das possibilidades do Brasil como produtor de açúcar e de cana, mas levou também uma impressão pouco lisonjeira quanto ao nosso atraso, sobretudo na parte agrícola. Para que os senhores tenham uma idéia dessa situação, basta apontar o caso de Pernambuco, que é o grande cavalo de batalha da economia açucareira do Brasil. Os rendimentos agrícolas de Pernambuco são atualmente da ordem de 40 t por hectare, em Alagoas 45-6, em SP 50 t hectare. Pois bem, o Dr. Manguensol constatou que com processos agrícolas mais aperfeiçoados, com o uso da tecnologia agrícola canavieira, nós poderíamos facilmente alcançar no Brasil dentro de poucos anos um rendimento da ordem de 100 t em média por hectare. Isso vem provar mais uma vez que a grande tarefa a que se deve dedicar o poder público e os produtores é realmente a grande meta da produtividade agrícola industrial. Terminando, desejo registrar a contribuição valiosa como conjunto de informações que nos dá o seu autor em alto grau, com seu conhecimento e com a experiência adquirida nas altas funções que desempenha no Ministério do Planejamento. Quero registrar por fim que êste debate marca a presença do setor canavieiro nesta reunião de elevado nível de economistas rurais, devotados à promoção do bem-estar do homem do campo.

\* \* \*

*Dr. Benjamin Constant de Barros*

Eu no início da minha palestra acentuei que o meu trabalho não tinha pretensão de levantar uma nova tese, nem dar soluções aos problemas da economia da agro-indústria açucareira. Frisei até que seria um trabalho de cunho didático, para que os não habituados aos problemas agro-indus-

triários de açúcar pudessem em traços gerais ter uma noção global da economia de cana-de-açúcar. Eu estava convicto disto e sua observação não me escapou. Mas foram tantas as intervenções, que eu não sei se tomei nota de tôdas. É meio difícil recordar de tudo. O senhor falou da descapitalização do nosso Nordeste. Com a perda do mercado Centro-Sul ficou com uma capacidade ociosa bastante elevada; já tinha custos bastante elevados, e com isso foi se descapitalizando, e há falta de recursos, há falta de um sistema financeiro que pudesse apoiar a pouca compreensão do Governo para os problemas de infra-estrutura. Uma Usina no Nordeste é praticamente uma cidade. Então as atividades tôdas têm que se concentrar. Uma Usina que quebra uma moenda, há necessidade de ir a SP, há uma descapitalização pelos custos elevados. O pleito de reajustamento de preços é um fator importantíssimo para o crescimento da região Centro-Sul. Eu gostaria que o senhor fôsse falando, porque eu não me lembro bem de qual o aspecto. Agora eu não sei mais o que o senhor queria falar sôbre isso. Quanto ao problema da 3x, ela foi fator de sobrevivência para o Nordeste, mas foi também fator de abaixamento de produtividade, principalmente industrial, por falta de sacarose pela manutenção mais tardia. E como a 3x foi a cana que poderia servir o Nordeste, devido à rusticidade, ela abaixou o rendimento industrial. O grande problema da extração de açúcar no Nordeste foi causado pela 3x. Existe realmente no Nordeste estudos, e o principal dêles foi feito por um grupo ministerial para a cana-de-açúcar no Nordeste, que apontou todos os problemas, e as suas soluções. Eles quase todos são de medidas financeiras, e por isso eu disse que o Governo tinha conhecimento mas não tinha recursos para resolvê-los. A falta de capacidade empresarial é um fato, porque em Alagoas fica localizada a melhor Usina do Brasil, que é a Leão, e ela praticamente não tem 3x no seu campo, mas ali o que vale é o empresário. Os empresários de Alagoas, seguindo os passos de Utinga Leão, são realmente muito mais progressistas e estão querendo mudar principalmente o setor agrícola, porque o setor industrial necessita de maiores recursos, e não há possibilidade de obtê-los, não existe um mercado de capital no Nordeste. Eu garanto ao senhor que a cidade do Nordeste que tem duas, três usinas, não tem um Banco. A pesca tem que se deslocar a Maceió para conseguir dinheiro. Em SP o problema é completamente diferente. Há usinas em

SP que não warrantam açúcar do Banco do Brasil. Passaram a warrantar agora porque SP teve um crescimento enorme na sua capacidade de produção, talvez pelos próprios usineiros que pensando que outros não iriam produzir, aumentaram a sua capacidade e a reduziram, e o resultado é que hoje a situação financeira de SP é pior que a situação financeira do Nordeste. Hoje a situação financeira, não econômica, do mercado do Centro-Sul, com tôdas estas crises e principalmente de plantadores de cana e conseqüentemente de trabalhadores rurais que não recebem o seu salário, foi causada por SP, que com excesso de 12 milhões de sacas aviltou o preço do mercado na safra passada. Poucos usineiros conseguiram fazer o preço oficial do açúcar. Tôda esta crise não chegou ao Nordeste em virtude da distância, custo de frete e dificuldade de distribuição. Mas o Estado do Rio por ex. ainda está na maior crise dos últimos tempos. A crise financeira do Estado de São Paulo é tão grande que o Govêrno foi obrigado a dar 7 milhões de sacas de demerara a SP para o mercado livre mundial, e calculava-se naquela época que isso iria dar uma gravosidade ao Govêrno Brasileiro. Nós iríamos vender em tôrno de 50 dólares, mas com aquela venda precipitada de 530 mil toneladas pelo Brasil ao mercado mundial, os preços foram aos níveis mais baixos; chegou a ser cotado a um cent por libra-pêso e hoje o prejuízo do Govêrno com esta exportação é em tôrno de 65 bilhões de cruzeiros. Isto é uma ajuda a SP de ordem financeira. Houve um deslocamento de dinheiro para o setor agro-industrial de SP como nunca houve no Brasil em nenhuma outra época. O Govêrno Federal em agôsto do ano passado foi a SP e financiou 90 bilhões de cruzeiros. No esquema financeiro a ajuda global de financiamento para açúcar é de 76,5 bilhões de cruzeiros. Só SP levou 156 bilhões de cruzeiros. Porque se não, apesar da situação econômica estar sendo muito melhor no Nordeste, financeiramente êles iriam à falência. E levou a isso a Usina de Silos, porque pediu concordata. E como esta seria em cadeia com mais outras 10 ou 15 Usinas de SP que também iriam pedir concordata ou falir, o Govêrno Federal foi obrigado a ir em agôsto com 90 bilhões, e o teto de financiamento de injeção financeira a SP foi em tôrno de 156 bilhões. No Nordeste isso não houve. O problema do Nordeste é de reorganização do parque; o problema do Nordeste é de infra-estrutura, são as estradas vicinais. As Usinas têm que manter tratores,

equipamentos enormes; elas fazem as estradas, elas consertam as pontes. Nenhum Governo está preparado. O Dr. Mota Maia falou sobre os rendimentos industriais, que em Pernambuco alcançaram até 100,5% por tonelada, mas o problema não foi a substituição, foi a 3x. Está havendo por parte dos produtores do Nordeste um certo receio por esta mudança muito brusca, porque êles reconhecem os problemas agrícolas e somente a 3x conseguiu que a agricultura, que a cana-de-açúcar continuasse no Nordeste. O consumo de 50 k "per-capita, realmente quando eu indiquei, era o consumo humano e industrial. Não há problema aqui.